



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a concessão de serviço público visando a prestação, sob regime de exploração, dos serviços de remoção, transporte, guarda, depósito, estadia e liberação de veículos automotores, conforme as disposições estabelecidas no Convênio de Cooperação Técnica DETRAN-SP nº 35/2025, no Plano de Trabalho SEI nº 0069162115/2025, e no Decreto Municipal nº 13.665/2025.

1.2. O concessionário será responsável por disponibilizar e manter toda a infraestrutura física e operacional necessária à execução dos serviços, abrangendo o pátio de veículos, guinchos e sistema de controle informatizado, observando integralmente as exigências técnicas, ambientais e de segurança previstas no Plano de Trabalho e na legislação vigente.

1.3. Os serviços serão executados sob regulação e fiscalização da Secretaria Municipal de Zeladoria e Serviços através do Departamento de Engenharia de Tráfego, em consonância com as normas do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – DETRAN-SP.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O presente processo licitatório visa atender à necessidade administrativa de execução dos serviços de remoção, custódia e liberação de veículos no Município de Botucatu, serviços estes essenciais à gestão de trânsito e ao cumprimento das medidas administrativas previstas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

2.2. O Convênio DETRAN-SP nº 35/2025 delega ao Município de Botucatu a execução direta desses serviços, tornando imperativa a realização da concessão pública para garantir continuidade, eficiência e regularidade.

2.3. A concessão à iniciativa privada representa a solução mais adequada sob o ponto de vista técnico, operacional e econômico, pois transfere ao concessionário a obrigação de realizar os investimentos necessários à implantação e manutenção da estrutura do pátio e dos equipamentos, preservando os recursos públicos e assegurando atendimento 24 horas, controle informatizado e gestão moderna.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

2.4. A execução dos serviços por empresa concessionária especializada permitirá:

- Redução do tempo de atendimento nas remoções e liberações;
- Adoção de padrões técnicos e ambientais compatíveis com as exigências do DETRAN-SP;
- Transparência e rastreabilidade das operações por meio do Sistema de Pátios e Leilões;
- Apoio direto às ações de fiscalização e leilões de veículos apreendidos;
- Melhoria da segurança viária e da fluidez do trânsito local.

3. DA BASE LEGAL E REGULAMENTAR

3.1. O presente Termo de Referência está amparado nas seguintes normas e instrumentos jurídicos:

- a) Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos;
- b) Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), especialmente o artigo 271, que trata da remoção e depósito de veículos;
- c) Resolução CONTRAN nº 623/2016, que regulamenta os procedimentos para remoção, guarda e leilão de veículos;
- d) Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD);
- e) Lei Municipal nº 5.976/2018, que institui o serviço de guincho, guarda e depósito de veículos automotores no Município de Botucatu;
- f) Decreto Municipal nº 13.665/2025, que fixa as tarifas para o serviço de guincho e estadia e estabelece os critérios de outorga;
- g) Convênio DETRAN-SP nº 35/2025, firmado entre o Município de Botucatu e o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo;
- h) Plano de Trabalho SEI nº 0069162115/2025, que integra o referido convênio e define as condições técnicas, metas e indicadores de desempenho.

4. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. A licitação será processada na modalidade Concorrência Pública, nos termos do artigo 28, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, e do artigo 175 da Constituição Federal.

4.2. O critério de julgamento adotado será o de maior percentual de outorga sobre a receita bruta mensal, conforme previsto no artigo 2º do Decreto Municipal nº 13.665/2025.

4.3. O **percentual mínimo de outorga será de 10% (dez por cento)** da arrecadação bruta mensal, podendo o licitante oferecer percentual superior como fator de competição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

4.4. O valor da outorga deverá ser recolhido mensalmente à conta indicada pela Administração, e sua arrecadação será destinada ao Departamento de Engenharia de Tráfego, conforme a Lei Municipal nº 6.533/2023.

5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A concessão abrangerá os seguintes serviços públicos:

- a) Remoção e transporte de veículos automotores de todos os tipos indicados no objeto, mediante acionamento da autoridade de trânsito ou do agente da autoridade de trânsito;
- b) Depósito, guarda e vigilância dos veículos removidos, garantindo a integridade física e patrimonial durante todo o período de estadia;
- c) Liberação de veículos mediante autorização expedida pelo DETRAN-SP ou pelo Departamento de Engenharia de Tráfego, condicionada ao pagamento das obrigações legais;
- d) Apoio administrativo e operacional aos leilões públicos de veículos apreendidos, nos termos da Resolução CONTRAN nº 623/2016.

5.2. O concessionário deverá utilizar sistema informatizado compatível com o SISPL (Sistema de Pátios e Leilões), garantindo integração com o DETRAN-SP para registro de entradas, saídas e liberação de veículos.

5.3 Deverá ser assegurado usuário e senha para o Departamento de Engenharia de Tráfego conforme o órgão solicitar ao sistema informatizado da empresa concessionária garantindo o acesso as informações necessárias ao acompanhamento da prestação dos serviços, bem como para verificação e controle dos veículos apreendidos e liberados.

5.4. Todos os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, em regime de plantão 24 horas, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

6. DA INFRAESTRUTURA MÍNIMA DO PÁTIO

6.1. O pátio de veículos deverá atender às especificações estabelecidas pelo DETRAN-SP, contemplando:

- a) Área mínima total de 6.548 m², incluindo espaço para circulação, manobra e margens de segurança;
- b) Capacidade mínima de 732 vagas, sendo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

- 118 vagas para motocicletas e similares;
- 590 vagas para automóveis e similares;
- 24 vagas para veículos pesados;

- c) Muro ou gradil perimetral com altura mínima de 2,5 metros, provido de concertina ou dispositivo equivalente;
- d) Sistema de vigilância por câmeras cobrindo todas as áreas, com gravação e armazenamento de imagens por no mínimo 90 dias;
- e) Piso pavimentado ou não, dotado de canaletas e sistema separador de água e óleo;
- f) Sistema de iluminação completa e de emergência, abrangendo todas as áreas operacionais;
- g) Área de atendimento ao público com acessibilidade, sanitários masculino e feminino, área de espera e cobertura;
- h) Certificação ambiental e sanitária, incluindo laudos de desinsetização e desratização semestrais;
- i) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) atualizado e laudo de conformidade ambiental emitido por engenheiro habilitado.

7. DOS REQUISITOS OPERACIONAIS E DE ATENDIMENTO

7.1. O concessionário deverá manter equipe técnica e operacional composta por profissionais habilitados, incluindo motoristas, operadores de guincho, vigilantes e atendentes administrativos.

7.2. O atendimento ao público deverá ocorrer de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e aos sábados das 8h às 13h.

7.3. O serviço de remoção deverá atender a todas as solicitações em até 60 minutos a partir do acionamento pela autoridade de trânsito e ou pelo agente da autoridade de trânsito.

7.4. É expressamente vedada a cobrança de estadia nos dias em que não houver expediente de liberação ou quando a retirada não for possível por falha do próprio pátio.

7.5. O concessionário deverá garantir sistema informatizado integrado, com atualizações diárias e relatórios mensais ao Departamento de Engenharia de Tráfego de acordo com as informações a serem solicitadas pelo órgão.

8. DOS VALORES, TARIFAS E REAJUSTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

8.1. As tarifas máximas a serem praticadas são as previstas no Decreto Municipal nº 13.665/2025, sendo:

- Estadia em pátio: R\$ 40,72 por dia/veículo (1,10 UFESP);
- Guincho/remoção: R\$ 213,33 por veículo.

8.2. As tarifas de estadia serão reajustadas conforme o valor da UFESP, e o serviço de guincho será reajustado anualmente conforme a variação do IGP-M/FGV.

8.3. O concessionário será remunerado exclusivamente pela arrecadação dessas tarifas, cabendo-lhe repassar mensalmente ao Município o valor da outorga conforme o percentual ofertado na proposta vencedora.

9. DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

O desempenho do concessionário será avaliado conforme os seguintes indicadores mínimos:

Indicador	Meta	Fonte de Verificação
Eficiência no atendimento às remoções	≥ 95% das solicitações atendidas	Relatórios mensais do sistema
Tempo médio de resposta	≤ 60 minutos	Controle de chamadas
Reclamações por danos aos veículos	≤ 2% do total custodiado	Registros de ocorrências
Percentual de veículos leiloados	≥ 90% dos veículos ofertados	Relatório de leilões
Atualização do sistema SISPL	100% diária	Auditoria DETRAN-SP

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

10.1. Cumprir todas as exigências legais, ambientais e técnicas relativas ao objeto da concessão.

10.2. Responsabilizar-se integralmente por danos causados aos veículos sob custódia.

10.3. Manter seguro patrimonial e de responsabilidade civil.

10.4. Fornecer relatórios mensais de movimentação e receitas ao Departamento de Engenharia de Tráfego.

10.5. Garantir manutenção preventiva mensal dos guinchos e equipamentos.

10.6. Disponibilizar ao Município acesso remoto às câmeras e sistemas informatizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

10.7. Zelar pela preservação ambiental e limpeza constante do pátio.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. Fiscalizar a execução dos serviços, observando o disposto na Lei nº 14.133/2021.

11.2. Exigir o cumprimento das metas de desempenho.

11.3. Promover auditorias e inspeções periódicas.

11.4. Intermediar, quando necessário, a comunicação entre o concessionário e o DETRAN-SP.

11.5. Aplicar sanções administrativas em caso de descumprimento contratual.

12. DA VIGÊNCIA E PRAZO

12.1. O contrato de concessão terá **prazo de 05 (cinco) anos**, contados da assinatura.

12.2. O prazo para **implantação e início dos serviços será de 90 (noventa)** dias corridos;

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

13.1. A fiscalização do contrato será exercida por gestor e fiscais técnicos designados nos termos do Decreto Municipal nº 12.942/2023.

13.2. Os fiscais deverão elaborar relatórios e comunicar irregularidades ao Departamento de Engenharia de Tráfego.

13.3. O concessionário deverá manter à disposição toda a documentação comprobatória das atividades, passível de auditoria pelo Município e pelo DETRAN-SP.

14. DAS PENALIDADES E RESCISÃO

14.1. O descumprimento contratual sujeitará o concessionário às sanções previstas nos artigos 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, suspensão e declaração de inidoneidade.

14.2. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município em caso de irregularidade grave, interrupção injustificada dos serviços, ou reincidência em infrações.

15. CRITERIOS DE SELEÇÃO

15.1. A licitação será realizada no modo de disputa fechado, com critério de julgamento pelo **MAIOR PERCENTUAL DE OUTORGA SOBRE A RECEITA BRUTA MENSAL**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

15.2. O percentual da outorga do contrato de concessão será definido pelo maior valor ofertado na licitação, sendo o mínimo a ser ofertado 10% da receita bruta mensal.

15.3. Plano de Negócios:

As proponentes interessadas em contratar com a Prefeitura deverão apresentar JUNTAMENTE COM A PROPOSTA um Plano de Negócios que será avaliado em conformidade com o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira anexo ao edital.

A análise do Plano de Negócios terá como objetivo verificar a exequibilidade da concessão, observando as exigências mínimas do projeto e a execução total do contrato.

A proponente deverá comprovar a viabilidade de sua proposta, garantindo que os valores apresentados refletem a realidade atual e estão alinhados com o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, sendo vedados benefícios que dependam de interpretações diversas ou itens não previstos no estudo.

A Comissão de Contratação poderá solicitar esclarecimentos sobre a proposta, se necessário.

Os valores de outorga propostos serão aceitos apenas se a Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto for positiva e inferior à TIR do acionista/investidor, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira. Propostas que apresentem TIR negativa serão consideradas inexequíveis e, portanto, não serão aceitas.

Os custos apresentados no Plano de Negócios devem ser compatíveis com o mercado, sendo expressamente proibidos custos negativos ou zerados, sob qualquer alegação, a fim de evitar distorções nas propostas e favorecimento indevido

15.4 HABILITAÇÃO

15.4.1 – Os documentos de habilitação jurídica bem como de regularidade fiscal e trabalhista estarão definidos no edital.

15.4.2 – Qualificação Técnica:

15.4.2.1- **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:** Comprovação de capacidade técnico operacional da licitante ter executado, através de certidões ou atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, comprovando a aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, cujas parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação e quantitativos mínimos exigidos, seguem abaixo indicadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

I - Comprovação de administração de pátios de recolhimento e guarda/estadia de veículos automotores e tracionados apreendidos por autoridades de trânsito, com guarda de veículos em áreas com dimensões mínimas de 50% (cinquenta por cento) total do objeto exigido nesta licitação, ou seja, **no mínimo 3.274 m²** O(s) atestado(s) deverá(ão) ter o tempo mínimo de 12 (doze) meses de execução, independente da época da execução.

II - Comprovação de quantidade de remoções de veículos oriundos de apreensões por medidas administrativas de órgãos de trânsito, no mínimo correspondente à 50% (cinquenta por cento) da quantidade de veículos por ano, constante no estudo de viabilidade econômico-financeiro, **ou seja, no mínimo, 1.200 veículos por ano.**

15.4.2.2 - **Declaração** expressa da licitante de que, sendo vencedora e dentro do prazo de início dos serviços, disponibilizará imóvel para implantação de pátio de recolhimento de veículos suficiente para suprir as necessidades do serviço, observados os requisitos mínimos descritos neste Edital e seus anexos.

15.4.3 – Qualificação Econômico Financeira:

- 15.4.3.1 Balanço patrimonial, **devidamente registrado**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**;
- 15.4.3.2 Juntamente com as demonstrações exigidas neste item a licitante deverá apresentar a cópia das folhas de abertura e encerramento dos livros, assinado por profissional-técnico legalmente habilitado.
- 15.4.3.3 Para as empresas que fazem sua escrituração através do SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil) poderão apresentar as demonstrações digitais.
- 15.4.3.4 É vedada a sua substituição das demonstrações exigidas por balancetes ou qualquer balanço(s) provisório(s).
- 15.4.3.5 A demonstração da aptidão econômica do licitante deverá ser comprovada de forma objetiva, nos termos do [art. 69, da Lei Federal nº. 14.133 de 2021](#), ela será aferida, observando-se o resultado obtido da aplicação dos índices econômicos financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial de cada exercício, calculados com duas casas decimais:
- 15.4.3.6 Os índices exigidos para os 2 (dois) últimos exercícios sociais individualmente calculados, serão: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), e deverão se apresentar superiores ou iguais a 1,00 (um), pela aplicação das seguintes fórmulas:

LIQUIDEZ GERAL – superior ou igual a 1,00 (um)

$$LG = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante (ELP)}} \geq 1,00$$



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

Praça Prof. Pedro Torres, 100 Botucatu/SP CEP 18600-900
Fone (14) 3811-1502/1478 CNPJ 46.634.101/0001-15
www.botucatu.sp.gov.br

SOLVÊNCIA GERAL – superior a 1,00 (um)

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo circulante} + \text{passivo não circulante (ELP)}} \geq 1,00$$

LIQUIDEZ CORRENTE– superior a 1,00 (um)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

- 15.4.3.7 Os índices econômicos financeiros, exigido serão calculados e/ou conferidos pelo contador do órgão, designado em como apoio à licitação;
- 15.4.3.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 15.4.3.9 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 15.4.3.10 A licitante deverá apresentar **Certidão negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de **emissão de no máximo 90 (noventa) dias** anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- 15.4.3.11 No caso de consórcio se este não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e para qualificação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais salvo no que diz respeito aos índices exigidos.

16. DOS ANEXOS

- Anexo A – Convênio DETRAN-SP nº 35/2025;
- Anexo B – Plano de Trabalho SEI nº 0069162115/2025;
- Anexo C – Decreto Municipal nº 13.665/2025.

Rodrigo Luiz Gomes Fumis

Secretário Adjunto de Assuntos de Transporte Coletivo e Trânsito